

# A DOCTRINA SOBRE A IGREJA: ASPECTOS GERAIS DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA<sup>1</sup>

Rodolfo Gasparini Morbiolo\*

## RESUMO

*Este trabalho teológico pesquisa, em alguns historiadores da doutrina eclesial, o processo de construção do seu significado desde as Escrituras até o esboçado no itinerário do Concílio Vaticano II.*

**Palavras-chave:** Igreja, doutrina eclesial, história do dogma.

## ABSTRACT

*The Church Doctrine: Overview of historical developments. This theological work research in some historians of Church doctrine the build process of the own signification, since the Scriptures until the Vatican Council II.*

**Keywords:** Church, Church doctrine, history of dogma.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teológico parte do pressuposto esboçado por Paul Tihon quando afirma que “o historiador pretende fazer também uma obra teológica, pois se esforça por desenvolver uma coerência a partir do pressuposto da fé”.<sup>2</sup> Assim, esta revisão histórica dos aspectos gerais da doutrina sobre a Igreja também é teologia, pois parte de uma “adesão de fé à Igreja como ‘mistério’”,<sup>3</sup> procurando situá-la nas Escrituras e desenvolvendo suas

<sup>1</sup> Para a execução desta pesquisa, preferiu-se atender à estrutura já consolidada no trabalho sobre a Igreja de Paul Tihon, na obra dirigida por Sesboüé. Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). *Os sinais da salvação (séculos XII-XX)*. São Paulo: Loyola, 2005, v. 3, pp. 287-463.

\* Sacerdote em Sorocaba/SP, mestrando em Teologia Dogmática pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus Ipiranga. [rodolfo.morbiolo@hotmail.com](mailto:rodolfo.morbiolo@hotmail.com) <http://padrerodolfomorbiolo.blogspot.com/>

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 291.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 288.

características — algumas modificações e evoluções da imagem eclesial — até a consolidação das mesmas no Concílio Vaticano II.<sup>4</sup>

## ENRAIZAMENTO BÍBLICO<sup>5</sup>

### Antigo Testamento

Em sentido estrito não é oportuno falar de eclesiologia veterotestamentária. Há, indubitavelmente, nas palavras de Notker Fūglister, “formas de existência”<sup>6</sup> da Igreja no Antigo Testamento, uma vez que a ideia cristã de Igreja é apropriada ao Novo Testamento e pressupõe a vinda de Jesus Cristo.<sup>7</sup>

Ulrich Kühn<sup>8</sup> sustenta que a eclesiologia do Antigo Testamento busca “definir o verdadeiro israelita” como aquele que “recebeu sua identidade por ação de Deus, que o fez sair do Egito e com ele concluiu a Aliança no Sinai”.<sup>9</sup>

Neste sentido, são apropriadas as expressões conceituais utilizadas no Antigo Testamento para falar de Israel, isto é, *kahal* e *edad*. Kühn ressalta a diferença entre os conceitos: enquanto *edad* designa simplesmente a comunidade cultural, *kahal* tem um acento mais fortemente político, como se designasse a identidade do povo constituído como “assembleia dos que recebem a lei de Javé e praticam o culto divino”.<sup>10</sup>

<sup>4</sup> Ibid., p. 287: “O Concílio Vaticano II, apresentou, pela primeira vez, uma visão global em busca da plenitude da experiência eclesial”.

<sup>5</sup> As raízes bíblicas da teologia eclesial foram reunidas da pesquisa de Ulrich Kühn, na obra dirigida por Lacoste. Cf. LACOSTE, J. Y. (dir.). Igreja. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004, pp. 852-855, e comparadas, quando passíveis de acréscimo, com o trabalho de Notker Fūglister e Henrich Schlier no *Compêndio de Dogmática* editado por Feiner e Loehrer. Cf. FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, v. IV/1. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 11-78.

<sup>6</sup> Cf. FÜGLISTER, N. Formas de existência da *ekklesia* do Antigo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, v. IV/1. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 11-78.

<sup>7</sup> “Porém, a ideia que os cristãos fazem de si mesmos enquanto Igreja não deixa de ser marcada por certos traços tirados do Antigo Testamento.” Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 852.

<sup>8</sup> Para o teólogo, isto constitui uma identidade política e religiosa para o povo de Israel. Cf. *ibid.*, p. 853.

<sup>9</sup> Cf. Dt 4,7; 7,7.

<sup>10</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 853.

É conveniente ressaltar, porém, o processo histórico de reconhecimento desta identidade de Povo de Deus, isto é, de eleição e seus limites. Füglistner<sup>11</sup> o faz aprofundando sistematicamente o trânsito da compreensão familiar-tribal de povo, passando pela necessidade de organização político-social das tribos, amparado na leitura teológica da eleição divina deste povo e sua constituição. As dificuldades históricas, lidas teologicamente, acabam reduzindo a realização político-social de Israel a uma mera comunidade cultural, que reproduz no culto à memória do passado ante a crueza de um presente desprovido de certezas.

Ante tais incertezas é inegável o reconhecimento que Israel tem de si mesmo como um povo que é “propriedade de Deus” e seu “parceiro de aliança”, bem como seu “santuário”.<sup>12</sup>

Füglistner<sup>13</sup> reconhece, porém, o conflito existente na teologia do Antigo Testamento entre tendências que ele afirma serem particularistas e universalistas. Se por um lado Israel se reconhece o povo escolhido dentre os povos da terra, também precisa conciliar esta realidade ao desejo esboçado pela literatura profética de associar à sua comunidade cultural os outros povos da terra.

Outro dado limitador da autocompreensão da eleição de Israel como Povo de Deus reside na difícil integração entre o individual e o coletivo, entre o israelita e sua comunidade, também testemunhada na tradição profética. Se a comunidade é o ambiente integrador da individualidade, é nela que o israelita precisaria assumir sua missão de povo primeiramente, com funções e tarefas bem determinadas.<sup>14</sup>

#### *A Igreja no Antigo Testamento como preparação e prefiguração*

O Concílio Vaticano II, apoiado nos Santos Padres, é quem formula a questão nestes termos, situando o âmbito e o significado das formas de existência da Igreja no Antigo Testamento:

Aos que acreditam em Cristo quis convocá-los na santa Igreja, a qual, já *prefigurada* desde a origem do mundo e *preparada*

<sup>11</sup> Cf. FÜGLISTER, N. Formas de existência da *ekklesia* do Antigo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 12-40.

<sup>12</sup> Ibid., pp. 40-49.

<sup>13</sup> Ibid., pp. 49-60.

<sup>14</sup> Ibid., pp. 61-71.

admiravelmente na história do povo de Israel e na antiga aliança, e instituída “nos últimos tempos”, foi manifestada pela efusão do Espírito e será consumada em glória no fim dos tempos.<sup>15</sup>

Füglister,<sup>16</sup> contudo, ainda ressalta que esta preparação e prefiguração, “justas”, não configuram uma ruptura, mas uma continuidade e uma identidade entre o Povo de Deus do Antigo e do Novo Testamento. Assim, “a despeito dos fracassos e desvios da parte de Israel, e sem prejuízo da inigualável unicidade do evento Cristo, [...] está a Igreja não só ‘prefigurada’ em Israel, mas também ‘incluída’ nele” como um “uno e indivisível Povo de Deus”.

### Novo Testamento

Kühn<sup>17</sup> recorda que “não se encontra uma eclesiologia explícita em Jesus de Nazaré”. No entanto, a comunidade cristã primitiva faz pronunciar o termo *ekklesia* enquanto “os que creram em Jesus começaram a reunir-se em assembleias depois da Páscoa”.<sup>18</sup>

Paulo, nas cartas às suas comunidades, bem como os Evangelhos, cada qual, a seu modo, testemunha as diversas experiências comunitárias de busca de compreensão de Jesus Cristo, em vista do seu anúncio.<sup>19</sup>

Embora Kühn<sup>20</sup> prefira sintetizar a eclesiologia paulina em torno da definição de Corpo de Cristo, Heinrich Schlier<sup>21</sup> parece mais amplo e cuidadoso ao elencar uma tríade conceitual mais apropriada à diversidade textual dos escritos paulinos: a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito. Ressalta, também, o uso paulino do termo *ekklesia*, associado

<sup>15</sup> Cf. *Lumen Gentium*, 2 (daqui em diante cita-se *Lumen Gentium* por LG). E também: “Assim como no Antigo Testamento, a revelação do reino foi muitas vezes apresentada em figuras, também agora a natureza íntima da Igreja manifesta-se nos por variadas imagens tiradas quer da vida pastoril ou agrícola, quer também da construção de edifícios ou da família e dos esposais, já delineadas nos livros dos Profetas” (LG, 6).

<sup>16</sup> Cf. FÜGLISTER, N. Formas de existência da *ekklesia* do Antigo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 77-78.

<sup>17</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 853.

<sup>18</sup> Cf. At 2,42-46. Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 853.

<sup>19</sup> O mesmo se aplica aos demais escritos neotestamentários. Cf. SCHLIER, H. A eclesiologia do Novo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 79-181.

<sup>20</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., pp. 853-854.

<sup>21</sup> Cf. SCHLIER, H. A eclesiologia do Novo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 125-135.

a Deus em Paulo, significando sobretudo a “comunidade local [...], novo povo, eleito e chamado por Deus, e ao redor de Deus reunindo-se, e para ele preparado e posto ao seu serviço”.<sup>22</sup>

Devido à diversidade dos escritos neotestamentários e ao escopo panorâmico desta pesquisa, limitar-nos-emos aos “princípios orientadores” focalizados por Schlier:<sup>23</sup>

- I. O Novo Testamento fala sempre, direta ou indiretamente, de Igreja;
- II. A Igreja é a obra misteriosa de Deus;
- III. Se a Igreja de Deus é uma obra prevista e predeterminada desde toda a eternidade, fundamenta-se na entrega de Jesus Cristo, que como Crucificado, ressuscitou e, como Ressuscitado, apareceu e, como Exaltado, está presente;
- IV. Assim sendo, historicamente fundamentada, precede-a Israel e seu Povo;
- V. A Igreja no Novo Testamento tem como pressuposto a comunidade dos discípulos seguidores de Jesus de Nazaré;
- VI. A Igreja é causada pelo envio do Espírito de Cristo; possui nele sua força vital e é por ele conservada em sua unidade;
- VII. Não há, no sentir do Novo Testamento, uma Igreja que prescindia dos apóstolos, não obstante as transformações que este conceito tenha sofrido posteriormente;
- VIII. Esta Igreja apostólica é a Igreja da palavra e dos símbolos sacramentais;
- IX. Realiza a liturgia de sua sagrada assembleia festiva, como uma Igreja ordenada;
- X. É o batismo o caminho para a inserção nesta comunidade de fiéis;
- XI. Esta Igreja o é no meio do mundo, consciente de que não pertence ao mundo de que provém;
- XII. Esta Igreja também é escatológica, enquanto carrega eficazmente em si mesma a presença da proximidade do fim, isto é, o germe da sua consumação.

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 127.

<sup>23</sup> Ibid., pp. 174-181.

## A IGREJA NA ÉPOCA DOS PADRES<sup>24</sup>

Esboçar uma imagem uniforme da Igreja parece ser, também, uma tarefa distante do objetivo das reflexões dos primeiros séculos do cristianismo; uma abordagem assim só será possível durante o período medieval, quando surgem os primeiros textos dogmáticos.<sup>25</sup> Kühn ressalta que “a Igreja dos primeiros tempos desenvolveu as estruturas eclesiais contidas em germe no Novo Testamento”.<sup>26</sup>

Heinrich Fries acrescentaria a estes posicionamentos introdutórios que este momento inicial representa “a chamada época pós-apostólica, a época da ‘tradição’, em distinção da época da Revelação”.<sup>27</sup> É o tempo da Igreja que se entende como mistério,

no sentido de se conceber em seu todo como uma comunidade chamada e reunida pelo misterioso desígnio de Deus cumprido em Jesus Cristo, pelos dons de sua palavra e de seu amor proferido no batismo, na Eucaristia e na remissão dos pecados, e santificada pela participação no sagrado.<sup>28</sup>

É a Igreja “vivenciada como mistério”,<sup>29</sup> isto é, experimentada naquilo que tem como realidade: a Eucaristia, a Fé, a Esperança e a Caridade.

Tihon enfatiza que “o fundamento dessa consciência nova estava essencialmente ligado à pessoa de Jesus Cristo e ao acontecimento de sua

<sup>24</sup> A explanação está apoiada em TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 295-320, acrescida das contribuições de FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, v. IV/2. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 6-16, e de KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 855.

<sup>25</sup> Cf. TIHON, Paul. A Igreja. In: SESBOÛÉ, Bernard (dir.). Op. cit., p. 295. Neste sentido, na presente época o que se pode falar das afirmações é que são ocasionais, visando construir a realidade eclesial e defender a fé dos desvios doutrinários já surpreendentes; cf. TIHON, Paul. A Igreja. In: SESBOÛÉ, Bernard (dir.). Op. cit., pp. 298-299.

<sup>26</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 855.

<sup>27</sup> “É a época dos ‘Padres Apostólicos’, que, em termos de história literária, se prolonga adentro da época dos apologetas e, a seguir, dos Padres da Igreja; é a época da Igreja primordial que segue ao cristianismo primitivo, a época dos três primeiros séculos [...]; a ‘época clássica’ da Igreja, com uma referência inofismável à normatividade e exemplaridade que a distinguem”. Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 6-7.

<sup>28</sup> Ibid., p. 7.

<sup>29</sup> Id.

morte e ressurreição”.<sup>30</sup> Assim, mais que uma designação de uma instituição propriamente dita, o que se produz é resultado de um processo de autocohecimento, enraizado bíblicamente, por exemplo, nas expressões paulinas “santos”, “chamados”, “eleitos”, “os que foram arrancados ao poder das trevas e transferidos para o reino do Filho”.<sup>31</sup>

Todo esse conjunto — maneiras de agir, uma consciência comum de pertença — constituía a realidade viva da Igreja e era objeto de consenso — de que dão testemunho nossos textos [...]; era evidentemente vivido por meio de múltiplas diversidades, segundo a variedade das situações locais.<sup>32</sup>

Fries<sup>33</sup> destaca uma abundância de imagens derivadas dos “enunciados bíblicos”, das quais as mais centrais parecem ser: povo de Deus; Corpo de Cristo; Esposa de Cristo; Casa e Templo de Deus; sem descurar dos demais enunciados: Comunhão dos Santos; Igreja de pecadores; Igreja como Mãe; coluna e fundamento da Verdade. Também são abundantes os símbolos e alegorias para falar da natureza e atividade da Igreja: *mysterium lune*, que “ilustra a relação entre a Igreja e Cristo e o destino da Igreja”,<sup>34</sup> a metáfora do navio; da Arca de Noé; a nau de Pedro. Como, ainda, diversas tipologias: paraíso, pomba, céu, túnica inconsútil, rebanho, vinha, campo, rede.

É assim que, neste primeiro tempo da Igreja, ela, “vista através da Escritura” e apoiada na Escritura, se compreende como detentora de uma mensagem capaz de reintegrar a história da humanidade em Cristo e também começa a se institucionalizar para dar conta dos seus problemas imediatos, externos e internos: o império romano decadente, sua perseguição àqueles que se afastaram da comunhão por terem desertado nas perseguições, os desvios doutrinários etc.<sup>35</sup>

<sup>30</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 297.

<sup>31</sup> Cf. CI 1,12-14.

<sup>32</sup> Considere-se também o que segue: “a abertura aos pagãos provocara, nas comunidades, condutas bastante diversas”, porém “o que predominava era muito menos a consciência das distinções entre categorias de fiéis que a tensão entre as particularidades do grupo cristão e o restante da sociedade”. Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 297-298.

<sup>33</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J. - LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 8-14.

<sup>34</sup> Ibid., pp. 12-13.

<sup>35</sup> Tihon reforça: “A Igreja se organiza porque permanece. Trata-se simplesmente de lei sociológica geral”. Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 300-305.

Kühn dedica um espaço exclusivo para tratar daquilo que ele chama “o projeto eclesiológico mais importante”<sup>36</sup> da Igreja antiga, isto é, o de Agostinho:

Mais que os outros, ele reflete a situação nova que se criou e as novas questões que se põem depois que a Igreja (por ação de Constantino) se estabeleceu no espaço político [...]. Agostinho sublinha na *Cidade de Deus* as diferenças entre as duas ordens [cidades]: de Deus, que é a comunhão daqueles que se encaminham para o fim divino, e do diabo, que reúne os homens e os anjos que escolheram a via do mal.<sup>37</sup>

Com relação à Igreja, em Agostinho, ela “é manifestamente um composto de bons e maus, de eleitos e réprobos”,<sup>38</sup> enquanto o Estado “não tem outra função do que integrar e moderar os motivos egoístas dos homens, de modo a preservar quanto possível a paz exterior”.<sup>39</sup>

## A IGREJA NO IMPÉRIO

De fato, o trabalho de Agostinho já sinaliza as novas características da imagem eclesial: uma Igreja com liberdade de culto, mas profundamente atrelada às estruturas imperiais, em especial à figura e à autoridade do imperador:

Saindo da condição de minorias perseguidas, as comunidades cristãs adquirem um lugar privilegiado no direito público do império [...]. Doravante, também, o imperador que se tornara cristão, procura afirmar sua autoridade [...], dita leis em matéria de regras eclesiásticas, e mesmo em matéria de doutrina. Convoca e dirige concílios, cria e modifica as circunscrições eclesiásticas, nomeia para as principais sés, dá às decisões dos concílios valor de leis no império.<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 855.

<sup>37</sup> Ibid., pp. 855-856.

<sup>38</sup> Ibid., p. 856.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 321-322. Fries acrescenta: “O *populus Dei* passa a ser o *populus christianus* e este se transforma num conceito cultural, sociológico e político”. Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., p. 17.



Aos poucos, várias modificações começam a ser introduzidas na vida eclesial, muito aplicadas ao clero, que acaba por se concretizar em “categoria social nitidamente separada”,<sup>41</sup> com privilégios e imunidades.

Neste período também surgem os Concílios Ecumênicos e começam a se insinuar os distanciamentos entre as teologias do Oriente e do Ocidente.<sup>42</sup> Os padres gregos irão situar-se na relação entre a Encarnação e a Igreja, enquanto os ocidentais, predecessores ou contemporâneos de Agostinho — Hilário de Poitiers, Ambrósio, Jerônimo —, trabalharão a problemática da autoridade, mormente aplicável à figura dos bispos em suas comunidades eclesiais e ao papa.<sup>43</sup>

Doutrinalmente, o que se afirma é a Igreja das profissões de fé, nos interrogatórios batismais, que paulatinamente se distingue da profissão de fé em Deus, devido aos esforços conciliares.<sup>44</sup> Tihon, acrescentaria:

O período [...] não contribui com grandes inovações quanto à compreensão do mistério da Igreja. Podemos, entretanto, com o Pe Congar, considerá-lo importante em diversos pontos: o desenvolvimento da teologia romana da monarquia papal, a fixação de grandes formulários litúrgicos com a teologia que veiculam e a transmissão da herança eclesiológica agostiniana.<sup>45</sup>

## **RUMO À IGREJA DA CRISTANDADE**

A cristandade eclesial expressará a Igreja “em categorias imperiais, autoritativas e jurídicas”,<sup>46</sup> nas quais “o conflito entre verdade religiosa e

<sup>41</sup> “O celibato clerical começa a se difundir a partir do século IV. Por volta de 430, os sacerdotes começam a usar veste particular. Por volta do século V, os clérigos adotam a tonsura, à imitação dos monges”, isto acompanhado de uma perda no meio dos fiéis do conhecimento da língua latina, pelo século VII, “multiplicando-se os sinais de uma ruptura entre a liturgia celebrada pelos sacerdotes e a comunidade dos fiéis”. Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 323.

<sup>42</sup> Neste sentido seria cabível um estudo pormenorizado das influências históricas desta separação entre o Oriente e o Ocidente Eclesial, insinuadas por Tihon, a partir principalmente da crítica de Congar. Cf. *ibid.*, pp. 339-342.

<sup>43</sup> *Ibid.*, pp. 324-330.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 331.

<sup>45</sup> *Ibid.*

<sup>46</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., p. 24.

liberdade humana foi decidido em favor da verdade contra a liberdade, em favor da causa contra a pessoa, em favor da objetivação do conteúdo religioso contra a subjetivação do fiel”,<sup>47</sup> com uma distinção funcional entre duas espécies de cristãos: os clérigos e os leigos — os primeiros devotados a Deus e os outros devotados ao mundo com possibilidade de salvação.<sup>48</sup>

A própria celebração litúrgica, na sua variedade simbólica, significará este distanciamento,<sup>49</sup> ao ponto de a palavra *ecclesia*, em alguns textos da época, designar principalmente o clero, e não o povo cristão como um todo.

A afirmação da jurisdição do papa em relação aos bispos, aos concílios e às autoridades temporais, com evolução ao centralismo papal, associada ao distanciamento histórico, político e eclesial do Oriente cristão, acabará por conduzir à ruptura de 1054.<sup>50</sup> Um período difícil para a eclesiologia que parece inverter os pressupostos definidos anteriormente:

O século XI representa, para a eclesiologia, uma ruptura notável [...]. Cavou-se um fosso entre Oriente e Ocidente, e as duas partes da Igreja vão prosseguir com histórias distintas [...]. É a ciência canônica, em pleno desenvolvimento do lado latino, que virá a ser um dos principais lugares da reflexão sobre a Igreja [...]. O papa, “vigário de Pedro”, é definitivamente o único legislador da Igreja [...], considerado a fonte de todo o poder e de toda a autoridade. Os príncipes temporais são, no domínio espiritual, submetidos à jurisdição da Igreja.<sup>51</sup>

Em meio a todo este processo histórico de reivindicação de poderes — temporal e espiritual —, Fries sintetiza o esforço da reforma empreendida pelo papa Gregório VII como um movimento de “descentralização, individualização,

<sup>47</sup> Ibid., p. 25.

<sup>48</sup> Como advém do Decreto de Graciano (1140-1150), apud: TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 342.

<sup>49</sup> “Desde o fim do século VIII, observa-se que o sacerdote celebra de costas para o povo; o cânon, parte central da missa, é recitado em voz baixa, a procissão das oferendas desaparece e multiplicam-se as missas solitárias nos mosteiros [...]. Aparece um “nós” que não designa mais o conjunto dos fiéis, mas o clero”. Cf. *ibid.*, p. 345.

<sup>50</sup> Ibid., pp. 348-352. “Em vista das evoluções unilaterais seguidas de uma parte e outra, particularmente diante do hipercrecimento da teologia romana do primado, pode-se calcular que esse confronto mantém presente à consciência eclesial a necessidade de um melhor equilíbrio”. Cf. *ibid.*, p. 352.

<sup>51</sup> Ibid., p. 353.

nacionalização, democratização”,<sup>52</sup> para salvaguardar a liberdade do clero e do papado da autoridade dos príncipes leigos, “que detinham as propriedades das igrejas que tinham fundado e dotado”.<sup>53</sup>

Tihon<sup>54</sup> sublinha ainda que não se pode esgotar a eclesiologia do século XII nas questões jurídicas e políticas, mas deve-se reconhecer o esforço teológico e litúrgico de expressar a essência própria da Igreja, com o auxílio de imagens bíblicas. Neste sentido, destaca-se como imagem dominante a da Igreja Corpo de Cristo, influenciada profundamente pela teologia agostiniana, “que distinguia dois níveis de realização eclesial: a comunhão com Cristo, pela fé e pelos sacramentos [...], e a animação pelo Espírito de Cristo”,<sup>55</sup> isto é, neste último caso, viver do Espírito de Cristo.

É neste período que a expressão “corpo místico” deixa de ser aplicada apenas propriamente ao corpo eucarístico sacramental, sendo usada como imagem da Igreja. Mais que isto, torna-se a Eucaristia “o princípio vital do corpo místico, por isso é um sacramento necessário para a salvação. Ela opera a unidade”.<sup>56</sup> É momento de uma eclesiologia, senão de uma Igreja, iluminada pela cristologia.<sup>57</sup>

Também é um período de intensa espiritualidade voltado não para uma imagem de Cristo como juiz soberano, “mas como homem das dores, o crucificado”,<sup>58</sup> com acento na mística da paixão e proliferação dos mendicantes.

## **A EMERGÊNCIA DO DOGMA ECLESIAL**

É diante deste cenário de dependência entre eclesiologia e cristologia que surgem, por volta dos séculos XII e XIV, “verdadeiros tratados consagrados à Igreja como sociedade organizada e visível”.<sup>59</sup> Este processo de

---

<sup>52</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., p. 27.

<sup>53</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 355.

<sup>54</sup> Ibid., p. 362.

<sup>55</sup> Ibid., p. 363.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Embora em Tomás de Aquino, como em outros teólogos desta época, não haja um tratado especial sobre a Igreja, pois o ambiente histórico não era apropriado. Cf. *ibid.*, pp. 367-369.

<sup>58</sup> Ibid., p. 364.

<sup>59</sup> Ibid., p. 371.

individualização teológica da eclesiologia precede diretamente o período da crítica reformadora protestante, que bipolariza de um lado o poder papal e de outro lado um pretenso apelo ao poder por parte do povo e de seus representantes legais, seus príncipes.<sup>60</sup>

Ainda urge dizer que, à parte todo este cenário teológico e político, corre o debate conciliarista, que defende a “superioridade do concílio sobre o papa”.<sup>61</sup> A contestação desta doutrina e a afirmação de que “o que constitui a Igreja não é só a comunhão na mesma fé, mas também o governo dos bispos e, finalmente, do papa”,<sup>62</sup> não foram suficientes para solucionar as teses oposicionistas, que de algum modo ainda conduzirão a Igreja ao Concílio Vaticano I e às suas definições a respeito da autoridade do papa.

### A ECLESIOLOGIA DA REFORMA<sup>63</sup>

A resposta cristã como contestação à reforma veio por meio do Concílio de Trento (1545-1563). Nas palavras de Tihon, “este não abordou a eclesiologia. Nem mesmo falou do papa”.<sup>64</sup> O concílio, porém, não se abstém de tomar defesa da estrutura hierárquica da Igreja, uma vez que os reformadores a questionavam radicalmente, o que determinará o rumo das questões eclesiológicas nos períodos subseqüentes:<sup>65</sup>

Esse Concílio estabeleceu como sua tarefa “extirpar os erros e preservar a pureza do Evangelho”. Embora não estivesse na pauta o tema da Igreja, foram, contudo, discutidos os temas que são de importância eclesiológica: a questão da Escritura e Tradição, a questão Escritura-Igreja com vistas à interpretação da Escritura e da enucleação do sentido da Escritura, a doutrina da justificação e suas implicações: santificação, fé, obras,

<sup>60</sup> Ibid., pp. 375-376.

<sup>61</sup> Ibid., p. 377.

<sup>62</sup> A tese é do dominicano espanhol João de Torquemada, em sua *Suma sobre a Igreja* (1436). Cf. *ibid.*, pp. 381-382.

<sup>63</sup> Como não corresponde ao esboço desta pesquisa uma abordagem pormenorizada da eclesiologia da reforma protestante propriamente dita, indica-se a síntese apresentada por Kühn, na obra dirigida por Lacoste. Cf. KÜHN, U. *A Igreja*. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). *Op. cit.*, pp. 857-858.

<sup>64</sup> Devido às questões de divisão de poderes, temporal e espiritual, apropriadas à época. Cf. TIHON, P. *A Igreja*. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). *Op. cit.*, p. 390.

<sup>65</sup> Ibid., p. 391.

merecimentos, a questão dos sacramentos, seus números e instituição, a questão da Eucaristia com suas diferenciações: transubstanciação, caráter sacrificial da missa, ordem e sacerdócio, diferença entre sacerdotes e leigos, a questão da hierarquia, a doutrina dos santos, do purgatório e da indulgência.<sup>66</sup>

Fries ainda ressalta que a Igreja se definirá, então, por sua visibilidade, isto é, “pela objetivação dos conteúdos da fé e dos sete sacramentos, pela instituição, pelos legítimos pastores”,<sup>67</sup> sobretudo pela supremacia do Pontífice Romano, o Vigário de Cristo. E sua teologia diz-se apologética,<sup>68</sup> com vistas à defesa de suas quatro notas fundamentais: unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade.

## **A IGREJA DIANTE DO RACIONALISMO MODERNO**

A Igreja que enfrenta o racionalismo moderno é literalmente uma Igreja que “se opõe e contradiz ao espírito da época”.<sup>69</sup> É uma Igreja fechada em si mesma para defender-se “da consolidação de um senso global de autonomia humana diante de qualquer instância religiosa, nas esferas da economia, da política e da cultura”.<sup>70</sup>

A palavra da Igreja ao Mundo se resume à diagnose desse elemento negativo e só dele — é condenação e defesa; a conceituação da Igreja se articula como baluarte, ameia, castelo, como fortaleza em que toda a ação tem de concentrar-se na mira de impedir que penetre a destruição inimiga e de reforçar a frente interna [...]. E o melhor meio de consegui-lo seria a articulação da causa da fé em conteúdos isentos de ambiguidade.<sup>71</sup>

De algum modo, mesmo opondo-se ao racionalismo moderno, a Igreja cede à sua lógica limitando-se à “objetivação dos conteúdos da fé na forma

<sup>66</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 35-36.

<sup>67</sup> Ibid., pp. 36-37.

<sup>68</sup> Ibid., p. 37.

<sup>69</sup> Ibid., p. 46.

<sup>70</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 403.

<sup>71</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., p. 46.

de definições e dogmatizações”.<sup>72</sup> Afastando-se do mundo criticado e condenado, a época das Luzes, prega uma Igreja pragmática, enquanto “descrita como uma sociedade espiritual cujos membros buscam a felicidade por meio de práticas religiosas comuns, e que educa os homens para a humanidade no espírito dessa religião”.<sup>73</sup>

## A VIRADA ECLESIOLÓGICA NO SÉCULO XX

A dita “virada eclesiológica” não acontece instantânea e automaticamente. Pelo contrário, é gestada por um longo período histórico que acompanha o processo de resposta da Igreja ao mundo moderno, desembocando no século XX com potenciais renovadores, que de fato somente se concretizarão como doutrina eclesiológica no Concílio Vaticano II e que ainda em nossos dias encontra-se em processo de conscientização eclesial e prática pastoral.

Há que se cogitar, nos inícios desse processo, o papel preponderante de duas escolas teológicas importantes: a romântica alemã de Tübingen e a escola Romana. A escola de Tübingen procurará desenvolver uma reflexão sobre “a essência espiritual da Igreja”,<sup>74</sup> enquanto a escola Romana terá “por eixo exclusivo a estrutura jurídica da Igreja”.<sup>75</sup>

Um olhar crítico entrevê nos resultados interrompidos do Concílio Vaticano I uma realização dos ideários da escola Romana, uma vez que o acento deste concílio foi sumariamente jurisdicional, centrado na problemática da infalibilidade.<sup>76</sup>

A meta desse concílio se delineava nas palavras de sua promulgação: reunir o povo católico numa poderosa demonstração da verdade oposta às aberrações da época e adequar a disciplina eclesiástica às novas condições [...]. A consequência disso foi uma inegável paralisação da Igreja.<sup>77</sup>

<sup>72</sup> Ibid.

<sup>73</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 859.

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> Ibid. Tihon acrescentaria que os condicionamentos históricos antecedentes fizeram com que o Concílio Vaticano I se fizesse do modo como se concretizou, contudo não deixa de reconhecer suas “recaídas” eclesiológicas. Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 414-415.419-421.

<sup>77</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., pp. 46.49.

Na crítica de Tihon:

Ao definir o primado do bispo de Roma e a infalibilidade de seu magistério, o concílio deixara de lado a questão da origem da jurisdição dos bispos ou da infalibilidade do concílio ou do corpo episcopal [...]. Não marcou bem a relação entre o papa e o conjunto dos crentes, não considerando de modo algum em seus enunciados o *senso dos fiéis*. Esse concílio, que pretendia ser ecumênico, não se preocupou muito com as outras Igrejas.<sup>78</sup>

Kühn<sup>79</sup> interpreta o caminho até o Concílio Vaticano II a partir de alguns elementos que parecem ter alargado em diferentes direções a dimensão jurídico-hierárquica definida pelo Concílio Vaticano I. São eles: uma nova abordagem do culto divino, motivada pelo movimento litúrgico e pela encíclica *Mediator Dei* de Pio XII (1947); uma reflexão cristológica aprofundada que, com base na Escritura, compreende e descreve a Igreja ao mesmo tempo como uma instituição de direito e de amor, através da encíclica *Mystici Corporis* de Pio XII (1943); o movimento do apostolado leigo; e, finalmente, na eclesiologia do Concílio Vaticano II, em particular na constituição dogmática *Lumen Gentium* (1964).

Tihon<sup>80</sup> elenca os seguintes fatores determinantes dessa renovação eclesiológica, segundo sua interpretação: renovação bíblica e litúrgica; interesse pela doutrina dos Padres da Igreja; desenvolvimento das missões e nascimento da missiologia; apostolado dos leigos (com movimentos operários cristãos); movimento ecumênico; a ultrapassagem do racionalismo do século XIX por uma metafísica intuitiva, o despertar do sentimento comunitário que marcou a cultura na Europa, depois da Primeira Guerra Mundial; o gosto pelas reuniões de massa; o sucesso dos movimentos de juventude e a própria oposição natural entre “comunidade” e “sociedade”.

Às vésperas do Concílio Vaticano II, a eclesiologia católica parecer ter reencontrado seu equilíbrio; nas palavras de Tihon:

Ela [a eclesiologia católica conciliar] é decididamente dogmática. Tende a uma síntese que integra a teologia do Corpo Místico, a dimensão visível e hierárquica, o laicato, o ecumenismo, a abertura missionária, a orientação escatológica. Depois de uma

<sup>78</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 419.

<sup>79</sup> Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 859.

<sup>80</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 424.

ênfase cristocêntrica, ela começa timidamente a reencontrar a importância do papel do Espírito.<sup>81</sup>

Por outro lado, enfatiza Fries,<sup>82</sup> a motivação original do Concílio Vaticano II, que o difere dos Concílios Tridentino e do Vaticano I, era justamente o de não estar determinado como dogmático — embora algumas de suas conclusões tenham sido assim formuladas e apresentadas.<sup>83</sup>

### CONCLUSÃO: RECONHECER A IGREJA HOJE

Para concluir sem concluir, evidentemente, pois a história da Igreja ainda está em desenvolvimento, é oportuno entrever o pano de fundo da reviravolta eclesiológica do século XX, sintetizada por Tihon:

Duas guerras mundiais, o nascimento, a expansão e a queda do marxismo [...]. Acontecimentos simbolizados com alguns nomes: Auschwitz, Hiroshima, o Gulag [...]. A conquista espacial, os avanços da biogenética, a tomada de consciência do problema ecológico [...]. Assistimos ao “fim dos grandes relatos”, à desqualificação das visões globalizantes do mundo, cujos efeitos desumanizantes foram amargamente provados [...], o “retorno do religioso” [...]. Observa-se não apenas a persistência das grandes religiões mundiais, ou o nascimento de novos movi-

<sup>81</sup> Ibid., p. 433.

<sup>82</sup> Cf. FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). Op. cit., p. 51.

<sup>83</sup> Neste sentido, parece ser oportuna a crítica formulada atualmente por João Batista Libanio, em avaliação do processo eclesiológico instaurado pelo Concílio Vaticano II, enquanto distingue duas leituras provenientes dos seus resultados: continuidade ou ruptura com novidade. Cf. LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano I – Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005, pp. 9-14. Acompanha-o, em certo sentido, Kühn quando sustenta que o conceito de *communio*, no qual se acabou resumindo a eclesiologia conciliar, apresenta uma profunda ambivalência, isto é, “descreve a reunião da cristandade, em toda a sua diversidade, em volta do altar, ou então a unidade eclesial fundada no papa e legitimamente somente por ele”. Cf. KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J. Y. (dir.). Op. cit., p. 859. Também é válido o balanço de Yves Marie-Joseph Congar a respeito desta questão formulado com referência a um abandono não necessariamente do Concílio de Trento (salvaguardando a continuidade na tradição), mas do tridentismo, enquanto opções eclesiológicas dos papas posteriores ao Concílio de Trento (salvaguardando a novidade do Concílio Vaticano II). Cf. CONGAR, Y. M. *Diálogos de outono*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 7.



mentos religiosos, mas uma transformação geral do papel das religiões na dinâmica social.<sup>84</sup>

Também é evidente que o Concílio Vaticano II não teve e não teria condições de dar conta da integração de tantos elementos históricos divergentes na componente eclesial, mas evidentemente não se calou como em épocas anteriores. A Igreja não se calou. Ela definiu-se a si mesma.<sup>85</sup> Embora o processo de recepção<sup>86</sup> do Concílio Vaticano II tenha sofrido dificuldades de acolhida, em parte devido às constantes e profundas transformações que continuaram pululando o cenário da humanidade; o inegável é que o Concílio lançou as bases da sua eclesiologia abrindo-se para o mundo, dialogando com ele e situando-se no meio dele como sacramento de comunhão, em vista da construção de uma nova humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Documento do Magistério

LUMEM GENTIUM. Constituição dogmática sobre a Igreja. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* (1962-1965). 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

### Bibliografia selecionada

CONGAR, Y.-M. À guisa de conclusão. In: BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, pp. 1285-1292.

\_\_\_\_\_. *Diálogos de outono*. São Paulo: Loyola, 1990.

FRIES, H. Modificação e evolução da imagem da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*. Petrópolis: Vozes, 1975. v. IV/2.

FÜGLISTER, N. Formas de existência da *ekklesia* do Antigo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*. Petrópolis: Vozes, 1975. v. IV/1.

<sup>84</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., p. 423.

<sup>85</sup> “Fê-lo o Vaticano II, e no quadro de um amplo e riquíssimo ensino sobre o conjunto do mistério da Igreja”. Cf. CONGAR, Y. M. J. À guisa de conclusão. In: BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 1285.

<sup>86</sup> Cf. TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). Op. cit., pp. 443-446.

A doutrina sobre a Igreja

- KÜHN, U. A Igreja. In: LACOSTE, J.-Y. (dir.). *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas; São Paulo: Loyola, 2004.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SCHLIER, H. A eclesiologia do Novo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de dogmática histórico-salvífica*. Petrópolis: Vozes, 1975. v. IV/1.
- TIHON, P. A Igreja. In: SESBOÜÉ, B. (dir.). *Os sinais da salvação (séculos XII-XX)*. São Paulo: Loyola, 2005. v. 3.